

# Cretã lembrado no Tribunal Russell

Agora em janeiro, o cacique Kaingang Ângelo Cretã completou um ano de morto. Até hoje o Governo brasileiro não fez Justiça ao povo Kaingang, pelo contrário, apesar de todas as evidências do crime, faz de conta que nada aconteceu e os assassinos continuam impune. No dia 1º de janeiro deste ano, um dos líderes do povo Guarani Noberto de Paula, conhecido também por Paraguaio veio a falecer em consequência de um "acidente automobilístico", ocorrido na mesma rodovia BR-469, onde Cretã foi assassinado. A FUNAI esclarece: "defendemos a tese do acidente".

Os Kaingang e os Guarani vivem e convivem no posto indígena de Mangueirinha do Estado do Paraná, Sul do Brasil. A gritante situação desses povos mereceu

tamanha atenção do IV Tribunal Russell.

## TENSÃO

Ângelo Cretã foi morto porque reivindicava junto com seu povo o direito de viver em liberdade nas suas terras. Dizia ele que "quando os Slaviero entraram no melhor de nossas terras, em 1963, nós fomos despojados à força, levaram muitos de nós presos, destruíram nossas plantações, mataram os animais e fizeram que nós índios, nunca, fizemos. Tudo isso foi feito com ajuda do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Os Slaviero chegaram a comprar o meu irmão, dando para ele uma micharia de indenização, mas eu e muitos outros, eles não conseguiram dobrar e eu jurei que se um dia eu mandasse, nós íamos prá lá, mesmo que custasse o sangue de alguns de nós. En-

quanto tiver vida num Kaingang, nós resistimos". (Porantim nº 16).

Hoje, a situação dos povos Kaingang e os Guarani da Reserva de Mangueirinha está cada vez mais tensa. Suas terras serão inundadas pelas águas das hidrelétricas construídas pela ELETROSUL, parte do seu Território tem sido entregue sistematicamente as empresas particulares como é o caso da companhia Slaviero & Filhos, SA; que pretende destruir aproximadamente entre 120 mil e 170 mil espécie de Araucária brasiliensis, árvore que produz o pinho, que é a base da alimentação desses povos.

Esta situação de assassinato e corrupção teve seu ponto alto na parcialidade do juiz Lício Bley Vieira que entregou "por vias legais" as terras indígenas à firma Slaviero & Filhos SA., provocando até mesmo na FUNAI uma atitude enérgica, recorrendo ao Tribunal Superior de Recursos, que por sua vez tem protelado a sentença.

## ACUSAÇÃO

O IV Tribunal Russell realizado em Rotterdam nos dias 24 a 30 de novembro do ano passado estudou com muita atenção o caso de mangueirinha, que teve por acusador Wilmar Rocha D'Angelis, coor-

denador do CIMI-Sul, por sinal muito bem documentado. Os acusados foram a FUNAI, Slaviero & Filhos SA., ELETROSUL, Governo do Estado do Paraná, Brasil.

No seu informe conclusivo o Tribunal considera a situação dos povos Guarani e Kaingang como exemplos das lutas enfrentadas pelos indígenas do sul do Brasil. Afirmam os jurados que a ação do Governo brasileiro tem sido a de despojar sistematicamente as sociedades indígenas de seus recursos básicos que são indispensáveis para garantir sua existência, em termos biológicos e como sociedade com uma forma de vida distinta e uma cultura própria, praticando desta feita uma ação etnocida e genocida.

O documento declara também que o Governo brasileiro ao permitir a construção dos projetos das hidrelétricas em condições incompatíveis com o respeito que merece a vida e os direitos dos povos indígenas da Reserva de Mangueirinha, tem violado os princípios Constitucionais, os Convênios Internacionais dos quais o Brasil é signatário e até mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos.